



ROTEIRO METODOLOGICO PARA PLANEJAMENTO E GESTÃO DE TURISMO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO – O CASO DO JARDIM BOTÂNICO DE OURO PRETO, BRASIL

Simone Fernandes Machado¹

Ricardo Eustáquio Fonseca Filho²

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Simone Fernandes Machado y Ricardo Eustáquio Fonseca Filho (2016): "Roteiro metodológico para planejamento e gestão de turismo em unidade de conservação – o caso do Jardim Botânico de Ouro Preto, Brasil", Revista Turydes: Turismo y Desarrollo, n. 20 (junio 2016). En línea: <http://www.eumed.net/rev/turydes/20/ouro-preto.html>

RESUMO

As Unidades de Conservação (UC) pertencentes à categoria de proteção integral vêm sendo utilizadas sobremaneira para o turismo. Entretanto, a falta de orientação sobre a abrangência da atividade turística resulta em quadros de degradação ambiental. O objetivo do presente trabalho foi a criação de um roteiro para diagnóstico prévio de potencialidades para a visitação, considerando questões socioambientais da área avaliada. Para averiguar a aplicabilidade do roteiro foi escolhido o Jardim Botânico de Ouro Preto (MG), área pleiteada para se tornar uma UC estadual. A metodologia compreendeu o levantamento de dados em campo na área pleiteada, entrevistas semi-estruturadas qualitativas a moradores na comunidade circunvizinha, levantamento de dados secundários em órgãos institucionais e bibliografias acadêmicas no ano de 2014 que embasaram a formulação do respectivo roteiro. Como resultado, obteve-se um roteiro esquematizado dividido em cinco etapas que foi aplicado a área de estudo e que contribuiu para identificação de potencialidades e ameaças ao desenvolvimento da atividade de visitação na futura UC e no entorno a esta.

Palavras-chave: Turismo - Unidades de Conservação – Planejamento - Jardim Botânico - Ouro Preto.

SCRIPT METHODOLOGICAL FOR PLANNING AND TOURISM MANAGEMENT IN NATURAL PROTECTED AREA - THE CASE OF OURO PRETO BOTANICAL GARDEN, BRAZIL

ABSTRACT

Natural protected areas belonging to strictly protected category has been used mainly for tourism. However, the lack of guidance on the scope of tourism result in frames of environmental degradation. The objective of this study was to create a roadmap for a previous diagnosis of potential for visitation, considering environmental issues of the area evaluated. To ascertain the applicability of the script was chosen the Ouro Preto Botanical Garden (Minas Gerais, Brazil), an area pleaded to become a state natural protected area. The methodology included the field data collection in the area pleaded, semi-structured and qualitative interview to residents in the boundary community, collection of secondary data in institutional bodies and academic bibliographies in 2014 that supported the formulation of its script. As a result, we obtained a schematic script divided into five stages that was applied to the study area and contributing to the identification of potential threats and the development of visitation activity in the future natural protected area and its boundaries.

Key words: Tourism - Natural protected areas – Planning - Botanic Garden - Ouro Preto.

¹ Bacharel em Turismo, Especialista em Direito Ambiental. Auxiliar Administrativo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ouro Preto. e-mail: sissamachadofernan@hotmail.com.

² Bacharel em Turismo, Mestre e Doutorando em Ciências Naturais. Professor do curso de bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto (MG, Brasil). e-mail: ricardo@turismo.ufop.br.

1. INTRODUÇÃO

Unidades de Conservação (UCs) são espaços territoriais protegidos por lei que visam a preservação de recursos ambientais e o equilíbrio ecológico estabelecidos pela Lei n°. 9.985 (BRASIL, 2000). Tal lei define ainda duas categorias principais para o manejo das UCs sendo estas intituladas como de Uso Sustentável e de Proteção Integral.

A categoria Uso Sustentável visa compatibilizar as atividades antrópicas, como pesca, extração vegetal e agricultura com os objetivos de conservação. Já nas UCs englobadas na categoria de Proteção Integral o uso do espaço, bem como dos seus atributos naturais, é restrito sendo permitida apenas a realização de atividades indiretas como visitação e pesquisa.

Nesse contexto, as UCs pertencentes a categoria de proteção integral vem sendo utilizadas para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo como o ecoturismo, turismo de aventura e geoturismo. A atividade turística, nesse contexto, acaba por representar uma fuga do cotidiano estressante das cidades, para áreas verdes, bem como a busca por novos cenários.

Cavalcanti (2006) explica que “quase sempre o ato de se deslocar pode unir motivações de aventura, sonhos, descobrimentos de lugares exóticos, a fim de que a realização do ser humano seja baseada nas novas descobertas”. Entende-se por atividade turística “as atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (OMT, 2001). Entretanto, a atividade turística carece de planejamento adequado a fim de que a mesma não contribua com a depredação do destino.

O uso público, quando bem planejado, permite o cumprimento dos objetivos de criação das unidades de conservação e favorece o entendimento e a apropriação das unidades de conservação pelas pessoas e o estabelecimento de relações com a sociedade. “É uma alternativa de utilização sustentável dos recursos naturais e culturais e contribui para a promoção do desenvolvimento econômico e social das comunidades locais” (TAKAHASHI, 2004). Para tanto, Getz (1987) definiu o planejamento turístico como um processo embasado por pesquisas e avaliações que visam otimizar a contribuição potencial do turismo para o bem estar humano e a qualidade do meio ambiente.

Segundo McCool (1996) no final da década de 1950, iniciou-se a utilização do conceito de capacidade de carga, que se refere ao número máximo de visitantes que um destino pode abrigar sem prejudicar o meio físico, econômico e social de uma determinada área, com objetivo de avaliar a demanda e os impactos do uso recreativo. Esse conceito foi utilizado até a década de 1960 quando diversas pesquisas comprovaram que não havia uma relação direta entre o número de visitantes e a quantidade de impactos negativos (HAMMITT; COLE, 1998; FENNELL, 2002). O paradigma da capacidade de carga fracassou porque ele se preocupava demasiadamente com o número máximo de pessoas, enquanto vários estudos apontavam que muitos problemas do uso recreativo ocorriam em função do comportamento das pessoas e não exatamente do número delas (PRISKIN, 2003). Logo, entendeu-se que não é a atividade de visitação em si que agride o espaço, mas, a forma como a mesma é realizada.

Como premissas da prática de turismo sustentável tem-se que a atividade de visitação deve atender tanto os anseios motivacionais do visitante como as necessidades da comunidade anfitriã,

para tanto se espera que a atividade movimente a economia local e envolva diversos setores da economia no processo. Os espaços apropriados para o turismo revelam a organização de um território que deve ser visto e analisado “através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais” (HAESBAERT, 2004). Logo, não basta considerar apenas o impacto da atividade dentro da UC, mas em seu entorno como um todo.

Atualmente percebem-se diversas abordagens no que tange o planejamento da atividade turística. Hall (1995) cita cinco tipos mais usuais pelo setor público: I) Impulsionista, onde se crê que o desenvolvimento turístico é sempre bom e proporcionam, por si só, benefícios para os anfitriões; II) Econômica/Industrial, na qual se busca o desenvolvimento de áreas específicas do turismo por meio da obtenção de renda; III) Física/Espacial onde se tende a considerar as limitações espaciais da atividade minimizando os impactos negativos do turismo no ambiente físico; IV) Comunitária, com ênfase no contexto social e político no qual a atividade ocorra, defendendo ainda o controle da comunidade local sobre os processos de desenvolvimento; e V) Sustentável, que procura assegurar, a longo prazo, o desenvolvimento integrado da atividade sem causar degradação ambiental, rompimento cultural, instabilidade ou falta de segurança aos moradores. Sendo essa última, portanto, a mais adequada, conforme apontado por Zanirato e Tomazzoni (2014) analisando uma UC federal, o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha.

Entretanto, com base nas abordagens acima, observa-se que a abordagem sustentável, que se apresenta como a mais adequada para o turismo em geral, é a menos praticada. Diversos fatores como carência de recursos físicos e financeiros, ausência de mão de obra qualificada, dificuldade de entendimento de linguagem técnica por parte da comunidade anfitriã que acaba inviabilizando a compreensão por parte desta dos relatórios técnicos apresentados para o desenvolvimento da atividade e prejudicando-a na tomada de decisões, interesses conflitantes entre a comunidade e o setor público e privado, falta de articulação entre os órgãos gestores atuam como empecilho para o desenvolvimento adequado da atividade de visitação em consonância com os objetivos da criação de UCs e do turismo sustentável. A falta de orientação de órgãos ambientais sobre a abrangência da atividade turística, bem como o seu desenvolvimento e ordenamento resulta no agravamento da situação.

Tomando por base o problema anteriormente exposto, o presente trabalho foi elaborado com a finalidade de auxiliar os órgãos responsáveis pela gestão de UC no estabelecimento e gestão da atividade turística.

Frente à necessidade de planejamento adequado dos atrativos ofertados para a realização da atividade de visitação turística, a fim de evitar danos a integridade física da UC e à comunidade do entorno, as questões que o presente trabalho buscou explorar foram: Quais as principais características internas e externas devem ser consideradas ao propor uma determinada área para a implantação da atividade turística visando a sustentabilidade ambiental e social do destino? Como avaliar os atrativos mais relevantes para visitação? Como diagnosticar impactos atuais a serem mitigados?

Diante de tais problemáticas o resultado proposto para o presente trabalho foi a criação de um roteiro que viabilize a realização de um diagnóstico prévio de potencialidades de UCs para a visitação turística considerando questões socioambientais da área avaliada.

Para a realização do estudo foi escolhido uma área pertencente ao estado de Minas Gerais na cidade de Ouro Preto onde localiza-se o antigo Jardim Botânico, que está sendo pleiteado para tornar-se uma unidade de conservação estadual para o qual pode-se destinar parte do fluxo de visitação da cidade de Ouro Preto como forma de descentralização da atividade turística e valorização de áreas históricas ambientais periféricas. A escolha de tal área teve por objetivo averiguar a aplicabilidade do roteiro teórico desenvolvido na prática.

Logo, na metodologia do estudo, foram realizados levantamentos de dados em campo na área pleiteada; entrevistas semi-estruturadas qualitativas a moradores escolhidos ao acaso na comunidade localizada no entorno da área do Jardim Botânico em 2015; compilação e sistematização de dados secundários encontrados em Secretarias municipais relacionadas (Meio Ambiente, Turismo e outras) e demais órgãos institucionais presentes no município; foram utilizadas ainda bibliografias acadêmicas sobre temáticas ambientais e de planejamento de atividades turísticas que embasaram a formulação do respectivo roteiro. Todas as etapas acima mencionadas tiveram por objetivo a identificação de potencialidades e ameaças ao desenvolvimento da atividade de visitação para a elaboração do roteiro.

Como resultado, obteve-se um roteiro esquematizado dividido em cinco etapas assim divididas: 1. Caracterização geral da área; 2. Caracterização da comunidade do entorno; 3. Caracterização geral dos principais atrativos para visitação da área; 4. Principais ameaças a conservação da área; 5. Análise de SWOT e hierarquização de atrativos. Tal roteiro aplicado a área de estudo é apresentado a seguir.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Caracterização histórica geral da área

A área pleiteada para a nova UC abrange o antigo Jardim Botânico de Vila Rica estabelecido por portaria em 2 de setembro de 1825 conforme Segawa (1996) “com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e a independência em relação aos mercantilistas que praticavam altos preços com a venda de plantas exóticas” (DEAN, 1991) embora relatos orais afirmem que as suas atividades ganharam maior visibilidade à partir da década de 40.

De acordo com Versieux (2010) o Jardim Botânico de Ouro Preto tinha por finalidades o ensino da cultura e a propagação de plantas indígenas e exóticas em Vila Rica. Em sua coordenação estavam homens como os botânicos mineiros Veloso de Miranda e Fernando de Vasconcelos que introduziram na Província, a cultura do chá, da baunilha e do anil, bem como a criação de abelhas da Europa.

O desembargador Quintiliano em sua Presidência de 1844-45, encarregou da administração do Jardim Botânico ao então diplomado em ciências naturais na Holanda, Fernando Pereira de Vasconcelos e o incumbiu de ali plantar o chá, que rivalizou com o produzido pela China além de

amoreiras, cravo da Índia, canela, frutos, e outras especiarias exóticas. Criou-se também o colmeal de abelhas (*apis mellifera*), e o bicho da seda (MINAS GERAIS, 14/11/1907, p. 5, col. 3).

Além disso consta que “a prática que os aprendizes, que ali permaneceram, difundiu na Província, demonstra bem a eficácia do ensino que receberam.” (Jornal Minas Gerais, 18/08/1907, p. 5, col. 1). Sobre os aprendizes, “o governo então mandava para o Jardim, sob tutela, os Africanos, que eram sequestrados aos contrabandistas, proibidos pela Lei abolicionista do tráfico de 1835. Diogo de Vasconcelos corroborou que havia sido “uma grande oficina de trabalho, de onde se tiraram africanos mestres” e que “Fernando de Vasconcelos fechou os olhos em 1852. O governo emancipou os africanos; e o Jardim passou à categoria de roupa de francês até que por último está arrasado” (MINAS GERAIS, 14/11/1907, p. 5, col. 3). De acordo com Versieux (2010) ao que tudo indica, o estabelecimento foi fechado em 1864, o que “testemunha a utilidade que teve, e a influência benéfica, que, pela proximidade da Capital, lhe veio de uma solicitude mais imediata dos administradores.” (MINAS GERAIS, 18/08/1907, p. 5, col. 1).

Atualmente na área encontra-se um Viveiro de Mudas sob gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e uma Estação de Tratamento de Água do Sistema Municipal de Água e Esgoto (SEMAE) e ruínas da antiga Escola Agrícola.

2.2 Caracterização da comunidade do entorno

A área antropizada que circunda o Jardim Botânico é composta por uma rodovia, quatro bairros, sendo estes Rodovia dos Inconfidentes, Bairro Cabeças, Bairro Água Limpa, Bairro São Francisco e principalmente Bairro São Cristóvão, também popularmente conhecido por Bairro do Veloso. Ao todo são 25 ruas situadas no entorno. De acordo com dados do Programa Social da Família - PSF Renascer que atende ao entorno, a população de tais bairros é estimada em 5.000 habitantes.

Quanto a infraestrutura dos bairros limítrofes e a possível influência desta na atividade de visitação na nova UC é cabível a realização de algumas considerações principais relevantes para a visitação turística e o bem estar da população.

Figura 1. Bairro São Cristóvão



Fonte: Simone Machado (2015).

2.2.1 Saúde

De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, os seguintes estabelecimentos de saúde estão situados próximo à área: Centro de Atenção Psicossocial – CAPS1, que trata de transtornos mentais graves e persistentes, localizado no Bairro Água Limpa; Unidade de Pronto Atendimento – UPA, responsável pelo pronto socorro, localizada no Bairro São Cristóvão; Unidade Básica de Atenção à Família – PSF, Bairro São Cristóvão; Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, No Bairro São Cristóvão. Policlínica do Bairro São Cristóvão.

Analisando tais estabelecimentos constatou-se que os estabelecimentos de saúde atendem bem à demanda da comunidade local e acabam por ser de grande relevância para o estabelecimento da atividade turística tendo em vista que, quando se prepara uma determinada localidade para o receptivo turístico, é essencial prever situações de emergência e risco bem como estabelecer programas de gestão para tal fim, com o objetivo de assegurar orientação e atendimento aos visitantes em casos emergenciais como quedas, torções, acompanhamento à problemas crônicos de saúde, ataques de animais dentre outros imprevistos que possam vir a ocorrer. Também é esperado que os visitantes tenham orientação e apoio por parte dos funcionários da UC para assegurar que estes recebam o acompanhamento médico necessário e adequado.

2.2.2 Educação

Em termos de estrutura educacional, os bairros do entorno próximo ao Jardim Botânico, contam com quatro instituições educacionais de nível fundamental e médio, além de cursos superiores e tecnólogos ofertados pela Universidade Federal de Ouro Preto e o Instituto Federal de Minas Gerais. No Bairro São Cristóvão foi relatada a presença de uma Associação Comunitária de Moradores do Bairro São Cristóvão onde são ofertados cursos de cunho cultural, tal como oficinas de fotografia, pintura e artesanato que atendem a comunidade.

Sobre a qualidade destes, a estrutura ofertada para o ensino fundamental e médio é um tanto quanto precária, algumas apresentando problemas estruturais físicos preocupantes, comparada à oferecida pelas UC estaduais e federais, entretanto, mesmo carecendo de melhorias, são importantes para a qualificação da mão de obra local, favorecendo a empregabilidade de pessoas locais no desenvolvimento da atividade turística, seja trabalhando diretamente na UC ou indiretamente em equipamentos secundários que dão apoio a atividade turística como restaurantes, hotéis, pousadas, lojas de artesanato, bares entre outros.

2.2.3 Equipamentos de lazer e recreação

Como atividades de lazer e recreação nas áreas adjacentes ao Jardim Botânico, os entrevistados na comunidade citaram a existência de uma quadra poliesportiva onde há jogos periódicos, shows esporádicos em datas festivas, religiosas; uma associação denominada Associação Comunitária de Moradores do Bairro São Cristóvão onde ocorrem atividades de grupos

culturais tais como oficinas de fotografia e artesanato. Há ainda uma praça intitulada Praça José Veloso do Carmo.

Atividades de recreação alternativas, como eventos esporádicos esportivos, religiosos e culturais são ótimos para incentivar a permanência de visitantes no destino, em especial no que concerne os de pernoite, sendo que tais atividades também colaboram para o bem estar da população local.

As manifestações culturais são importantes para a criação de uma memória cultural coletiva. “A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes” (GIDDENS,1990). E no caso do turismo Gestal (2005) corrobora que “viagem e imaginário sempre andam juntos”. Logo, as festas culturais fortalecem o imaginário coletivo e os transformam em atrativo para a visitação.

2.2.4 Abastecimento hídrico

Outra questão relevante para a comunidade residente e para os visitantes trata-se do saneamento básico. No caso dos bairros estudados, o abastecimento de água é realizado pela autarquia municipal SEMAE, a grande maioria das casas possui sistema de coleta de efluentes sanitários, rede de esgoto, no entanto, não há estação de tratamento de esgoto para a destinação final dos rejeitos.

O SEMAE-OP conta com seis Estações de Tratamento de Água localizadas nas localidades de Amarantina, Funil, Vila Alegre, Antônio Pereira, Itacolomi e uma Estação de Tratamento de Água (ETA) no Jardim Botânico que é responsável pelo abastecimento de mais de 60% da sede de Ouro Preto como citado no Plano Municipal de Saneamento Básico de Ouro Preto (2011).

A questão do abastecimento hídrico é um tema atual e bastante polêmico. Ao se preparar uma determinada localidade para a visitação turística é preciso considerar questões importantes como o abastecimento hídrico e o tratamento de esgoto a fim de evitar a falta de água e a poluição de rios, córregos e mananciais. No caso de Ouro Preto, o abastecimento hídrico, na forma como vem sendo realizado, é insuficiente para atender a população e o turismo. O turismo já apresenta-se como vetor de risco no que concerne o quesito pressão antrópica sendo comum a população ficar semanas sem abastecimento de água após períodos de eventos que atraem grande fluxo de visitação turística. Para tanto, o município carece de planejamento e tomada de medidas por parte da administração para sanar tal problema.

2.2.5 Esgotamento sanitário

Quanto ao sistema de esgotamento sanitário, as secretarias municipais de Saúde, Cultura e Patrimônio e Desenvolvimento Urbano e de Planejamento e Gestão, desempenham as funções de planejamento e gestão dos serviços de drenagem urbana e manejo de águas pluviais, serviços de saneamento em geral, na sede e nos distritos de Ouro Preto. Atualmente, tais serviços são insuficientes e precários.

Os indicadores do sistema de esgotamento sanitário do município de Ouro Preto não são satisfatórios, visto que hoje o sistema tem somente rede coletora de efluentes domésticos em uma parte da cidade (região central e do bairro Itacolomi). No restante do município (principalmente os morros e área periférica), os efluentes são lançados em galerias de águas pluviais, diretamente nos corpos hídricos, na drenagem natural ou são utilizados sistemas de tratamento individual em desconformidade com os padrões mínimos de construção como é o caso das fossas negras como consta no Plano Municipal de Saneamento Básico de Ouro Preto (2011).

No caso dos bairros estudados, nas casas onde não existe rede de esgoto, que são muitas, os moradores utilizam das minas e sarilhos como destino final dos rejeitos provenientes de sanitários. Cabe lembrar que o solo atua frequentemente como filtro, tendo a capacidade de depuração e imobilizando grande parte das impurezas, no entanto, essa capacidade é limitada. Dada à proximidade desses sarilhos e minas a área de recarga hídrica da ETA do Jardim Botânico, tal prática pode contaminar o lençol freático e as nascentes que abastecem à referida ETA afetando tanto o abastecimento hídrico da cidade quanto a qualidade dos atrativos naturais do Jardim Botânico. Lembrando ainda que tal contexto tende a ser agravar com o aumento da população flutuante decorrente do turismo.

2.2.6 Estrutura viária e habitação

Quanto a estrutura viária, o acesso ao município é facilitado pela BR 040 que liga a cidade de Ouro Preto à capital Belo Horizonte. Já nos bairros analisados, as ruas, em sua maioria, foram recém asfaltadas. Entretanto, dada a declividade oriunda de condições geológicas adversas para a urbanização, a acessibilidade às ruas localizadas em pontos mais altos é comprometida. A alta declividade, as ruas estreitas, a pavimentação mal executada ou inexistente em algumas ruas inviabilizam o acesso por transporte urbano e dificultam o trânsito de veículos particulares. Linhas regulares de transporte coletivo urbano garantem o acesso as vias centrais dos referidos bairros do entorno. Já nos trechos mais altos dos bairros, o acesso é exclusivo à veículos de pequeno porte e não linhas regulares de transporte urbano coletivo. Moradores relataram ainda que, segundo a opinião destes, o asfalto não contou com projeto de drenagem adequado, sendo um possível agravante no que tange a predisposição à erosão, deslizamento e desmoronamento de residências e vias públicas na área.

Quanto as questões de moradia, trata-se de uma área de grande risco geológico e acentuadas declividades. Entretanto, muitos dos residentes não possuem condições financeiras de adequar as residências aos padrões exigidos por critérios de urbanização ou para o turismo. Tal contexto de expansão irregular é bastante comum em Ouro Preto, visto a ausência de áreas próprias para a urbanização próximo ao centro histórico, principal local de trabalho e estudo da população.

Outra questão polêmica decorrente deste contexto são as invasões fundiárias ou a posse compartilhada dos terrenos. Muitas das residências são oriundas de invasões ou de herança com propriedade subdividida entre muitos herdeiros, o que dificulta a localização do real proprietário. A regularização fundiária demanda, no mínimo, tempo e recursos financeiros. Tal fato pode atrasa, ou

mesmo comprometer o estabelecimento de equipamentos de apoio ao turismo como restaurantes e pousadas.

2.2.7 Coleta de resíduos sólidos

Acerca da coleta de resíduos sólidos, os moradores informaram que existe coleta convencional de lixo, realizada pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto, por intermédio do Departamento de Limpeza Urbana, porém, esta é precária em determinados pontos dos bairros. O programa de coleta de materiais recicláveis realizado por associações com apoio e supervisão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente existente na cidade não atende aos Bairros. Também foram mencionadas quatro ruas limítrofes ao Jardim Botânico e o logradouro Benjamim Machado, que não possuem nenhum tipo de acesso à veículos o que inviabiliza a coleta de resíduos. Tais ruas são estreitas, irregulares, muitas dessas inviáveis para o trânsito de veículos públicos e particulares.

Tal contexto compromete o estabelecimento de “polos de apoio ao turismo” nessas áreas específicas. Pois estas podem comprometer o quadro de pressão antrópica já existente, corroborar com o aparecimento de patologias na comunidade, bem como interferir na qualidade da percepção do turista sobre o destino.

2.2.8 Hospedagem e alimentação

O preço da estadia em Ouro Preto é relativamente alto devido à carência de meios de hospedagem suficientes no centro histórico para atender a demanda. O difícil acesso às áreas periféricas dificulta interfere no interesse do visitante por estabelecimento de pontos de estadias com acomodações fora do centro histórico. Logo, boa parte dos visitantes nacionais, domésticos, não se hospedam na cidade. Estes acabam optando por visitas em excursão, em companhia de familiares, amigos, ou mesmo em grupos escolares, motivados por estudos, recreação ou lazer. Geralmente visitam os atrativos patrimoniais e culturais centrais retornam as suas residências ao final do dia.

Nos bairros analisados foram encontradas algumas iniciativas particulares para o estabelecimento de pequenas pousadas e restaurantes. Porém, a distância de cerca de 2 km dos atrativos do centro histórico, a falta de sinalização, de transporte público eficiente e a ausência de atrativos turísticos prontos para o consumo na área dificultam o desenvolvimento destas. Nesse quesito, a criação da UC Jardim Botânico pode representar uma boa opção para descentralizar a atividade turística do centro histórico e impulsionar tais iniciativas da população local em termos de iniciativa privada.

É importante frisar que turistas de estadia são mais relevantes para impulsionar a economia local do que os excursionistas e facilita ainda o controle da atividade turística, pois permite a previsão de períodos sazonais, bem como o conhecimento de períodos de grande visitação antecipadamente, facilitando a tomada de decisão e o estabelecimento de medidas adequadas para conter a saturação.

2.2.9 Comércio

No bairro São Cristóvão tem-se uma zona comercial visivelmente em expansão. Embora Prefeitura Municipal de Ouro Preto não tenha disponibilizado dados sobre estes estabelecimentos a fim de facilitar a caracterização dos tipos existentes, é possível observar a presença de restaurantes, lojas de roupas, lojas de artesanato, padarias, açougues, uma filial da Cooperouro, mercearias, entre outros.

2.2.10 Receptivo turístico

Próximo à entrada principal do Jardim Botânico existe um Terminal de Receptivo Turístico, entretanto, o padrão deste e dos demais serviços turísticos encontrados nas localidades, ainda é precário devido à falta de planejamento e gestão do turismo na cidade. A falta de sinalização eficiente é um agravante pois inviabiliza que os visitantes encontrem facilmente atrações localizadas fora do centro histórico.

2.2.11 Empregabilidade

Quanto à empregabilidade local, não há pesquisas substanciais que tratam do assunto na área, entretanto, o quadro empírico relatado pelos residentes aponta para os setores da indústria e do comércio como maiores empregadores na área. Embora existam duas unidades educacionais que ofertam cursos superiores na cidade, há carência de postos de trabalho para absorver tal mão de obra qualificada nas imediações resultando na migração destes trabalhadores para outras localidades.

A criação da UC Jardim Botânico bem como a implantação da atividade turística planejada na localidade pode reverter tal quadro, uma vez que o setor absorve mão de obra diversificada, seja em áreas específicas no atrativo como técnicos ambientais, biólogos, engenheiros, turismólogos, geólogos, administradores, historiadores bem como a criação de atividades nas áreas adjacentes a UC que podem empregar profissionais vinculados à gastronomia, marketing, hospitalidade, promoção de eventos, tecnólogos entre outros.

2.2.12 Comunicação

No quesito comunicação, as localidades possuem acesso aos principais sistemas de comunicação disponíveis tais como internet, telefonia fixa e móvel, rádio, jornais e revistas que atendem satisfatoriamente a comunidade local.

É interessante ressaltar que a cidade de Ouro Preto conta com divulgação internacional dos seus principais atrativos turísticos. Embora o sistema de divulgação e de promoção e marketing possa ser melhorado, tal ferramenta de divulgação pode representar um fator importante para a promoção dos atrativos localizados nas UC e em sua circunvizinhança, para visitantes potenciais tanto nacionais quanto internacionais.

2.2.13 Segurança

Segundo a Polícia Civil de Ouro Preto, no ano de 2014, até o mês de novembro e apenas no bairro São Cristóvão foram quantificadas 448 ocorrências policiais das mais diversificadas, que vão de problemas relacionados a menores infratores e ao tráfico de drogas e homicídios principalmente na zona comercial e próximo à Rodovia dos Inconfidentes.

A segurança é fator altamente ponderado pela maioria dos visitantes na escolha das localidades visitadas. O estabelecimento de postos de fiscalização, a melhoria na iluminação de vias públicas bem como o aumento de rondas constantes são medidas necessárias nas áreas em questão.

2.2.14 Iluminação pública

Quanto ao sistema de iluminação dos bairros do entorno do Jardim Botânico, os moradores entrevistados informaram que o fornecimento de energia elétrica é realizado pela CEMIG e atende bem a comunidade local. Entretanto, há problemas no sistema de iluminação pública, de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Postes com lâmpadas queimadas e com problemas elétricos são comuns nos bairros causando transtorno em vias públicas por reduzir a visibilidade de motoristas para faixas de pedestres, sinalização, ou mesmo impedir a visualização de transeuntes e ciclistas nas pistas. Tal situação contribui ainda para a insegurança dos moradores com a segurança local e reflete ainda mais na visitação turística, pois aumenta a insegurança destes e confunde o seu trajeto pelas vias.

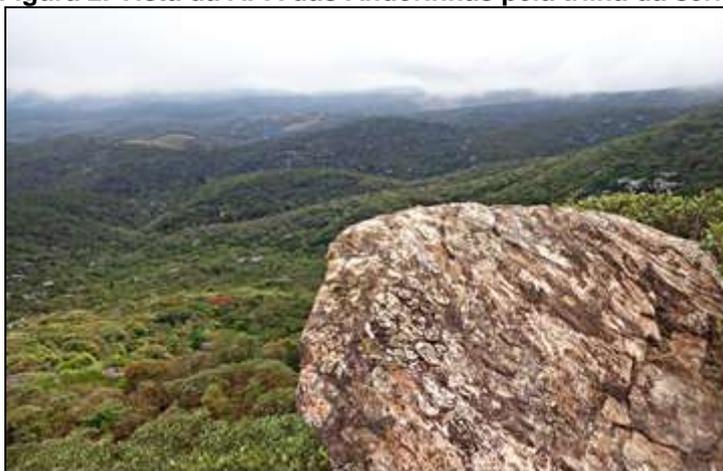
2.3 Caracterização geral dos principais atrativos para visitação da área

O município de Ouro Preto (IBGE, 2016) é mundialmente reconhecida como sendo um destino turístico de patrimônio histórico cultural. Entretanto, salienta-se que o passado apresenta várias facetas e pode ser interpretado de diversas maneiras. Logo, cabe ao gestor da atividade de visitação, juntamente com a comunidade envolvida, definir como representa-lo e quais as possíveis interpretações a ser desenvolvidas. No caso do Jardim Botânico de Ouro Preto, é possível identificar dois segmentos prioritários para a visitação sem distanciar-se do objetivo de criação da UC, um ambiental e outro histórico cultural.

2.3.1 Atrativos Naturais

A área do Jardim Botânico possui mirantes com vista para as belas paisagens das UCs Estação Ecológica Estadual do Tripuí e Área de Proteção Ambiental Estadual Cachoeira das Andorinhas, bem como vista privilegiada do município. No Jardim Botânico é possível encontrar pequenas cachoeiras, lagos e atrativos históricos que tornam o percurso das trilhas mais atraentes e agradáveis para o visitante. Tais características fazem com que a área seja adequada para a prática do turismo de natureza, em especial o ecoturismo.

Figura 2. Vista da APA das Andorinhas pela trilha da serra

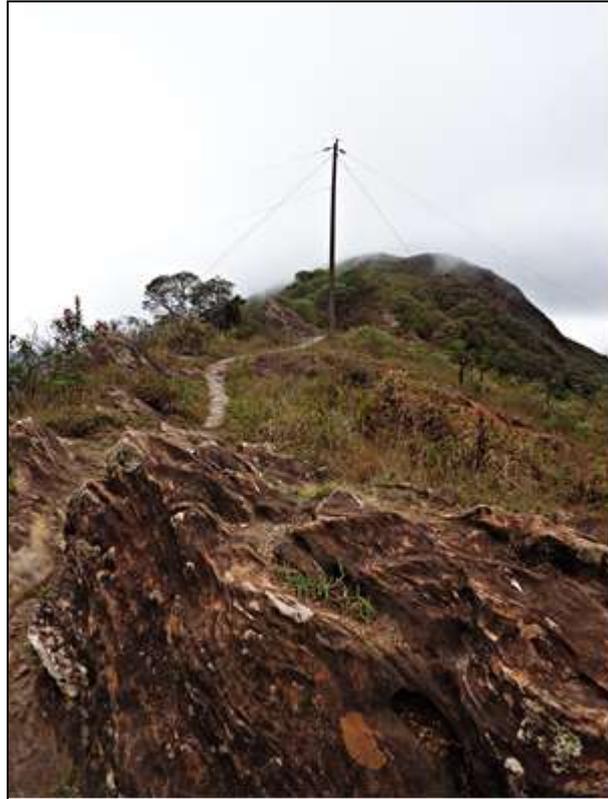


Fonte: Simone Machado (2015).

A premissa do ecoturismo é promover a atividade turística sem afetar ou destruir o frágil ecossistema onde o mesmo é praticado. Logo, o ecoturismo pode ser considerado, como uma viagem de cunho responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem estar da comunidade local e a satisfação do turismo (LINDBERG; HAWKINS, 1999).

Atualmente já existe visitação espontânea a esses atrativos, entretanto, a sua capacidade de carga é limitada, uma vez que as trilhas estão localizadas no topo da serra e o pisoteio nessa área pode acelerar processos de erosão bem como influenciar negativamente o meio biótico uma vez que há espécies endêmicas na área altamente sensíveis a mudanças climáticas resultante da abertura de trilhas e tráfego contínuo. O processo de sedimentação de rochas oriundo do pisoteio na trilha, localizada no topo da serra, pode acarretar no soterramento de aquedutos e assoreamento da lagoa, atrativos localizados pouco abaixo da trilha. Logo, a atividade de visitação nessa área deve ser limitada, tanto para melhor proveito da experiência do visitante quanto para resguardar os atrativos históricos localizados um pouco abaixo destes.

Figura 3. Trilha alto da Serra- Jardim Botânico



Fonte: Simone Machado (2015).

Ressalta-se que, no caso das cidades, é comum a iniciativa de estimular o desenvolvimento de atrativos em áreas periféricas a fim de evitar pressão antrópica em um único lugar. Entretanto, quando se trata de uma UC, muitas vezes o interessante é estabelecer uma área reduzida para o uso público, poupando áreas mais sensíveis a presença humana que podem ser degradadas com atividades de visitação.

2.3.2 Atrativos Histórico Culturais

Aquedutos, minas, ruínas da antiga escola agrícola e sarilhos compõe o quadro de atrativos culturais encontrados na área.

Figura 4. Ruínas arqueológicas Escola Agrícola



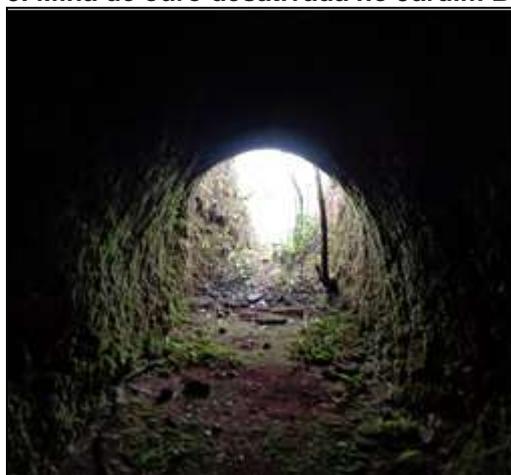
Fonte: Simone Machado (2015).

O aproveitamento das águas de chuvas ou captadas de nascentes na Serra do Ouro Preto era comum no processo de extração do Ouro através dos chamados aquedutos, canais que cortam as laterais da serra para a captação e condução de água. No Jardim Botânico, e em seu entorno, ainda é possível encontrar aquedutos, sendo três, visivelmente destacados mesmo para quem os observa da Rodovia dos Inconfidentes.

O material extraído das minas era acumulado em pequenas barragens de pedra, conhecidos como mundéus, escalonado pelas encostas e posteriormente trabalhado por vários processos para efetivar a separação do ouro. Destes mundéus, muito pouco restou, porém, ainda podem ser observados na parte mais alta de ocupação do Morro São Cristóvão. Inúmeras são ainda as galerias subterrâneas que objetivavam acompanhar os veios mineralizados. Os sarilhos, responsáveis pela ventilação das minas, são facilmente encontrados na área, porém, infelizmente, muitos destes soterrados ou cobertos por lixo. Galerias de mineração cortam a Serra de Ouro Preto, trazendo consigo a herança cultural e os riscos geológicos provenientes da sua existência. Relatos históricos trazem ainda luz a vestígios da antiga escola agrícola existente no local, relembrando e sua extrema importância para a preservação da história da população do entorno.

A atividade minerária modificava o ambiente de tal forma que seus vestígios ainda se encontram visíveis mesmo depois de passados séculos da sua desativação. Os vestígios encontrados no Jardim Botânico são, em sua maioria, barragens, canais de veiculação hídrica, áreas de desmonte, mundéus, galerias, montes de sedimento revirado, desvios dentre outros.

Figura 5. Mina de ouro desativada no Jardim Botânico



Fonte: Simone Machado (2015).

Cabe ressaltar que geralmente, tais vestígios dificilmente estão isolados. Um canal, quase sempre estabelece a ligação entre uma barragem ou represa de captação em uma extremidade, e uma área de extração em outra. As áreas de extração podem conter ainda galerias, muros de arrimo, mundéus, montes de rejeito. Disto decorre a necessidade estudar cada vestígio como parte de uma realidade mais ampla e complexa a fim de não impactá-los ou de atrapalhar a reconstrução de sua memória que será foco principal do turismo cultural e educacional na região.

Nesse contexto, a criação de uma Unidade de Conservação tem ainda a função de reverter o processo de esquecimento em que o mesmo vem se submetendo, recuperando sua memória por meio da implantação de uma UC que garantirá tanto a recuperação do sítio arqueológico, onde instaurou-se a antiga escola agrícola, quanto realizar a recuperação ecossistêmica e paisagístico da área, assegurando a manutenção de suas belezas cênicas ambientais assim como servirá de incentivo à cultura da comunidade do entorno.

Frente a esta constatação, salienta-se ainda a existência no local, e nas proximidades, de tentativas de implementação de atividades voltados ao turismo como minas abertas à visitação, tal qual a Mina Du Veloso; aquedutos do Sec. XVIII. Etc.

O turismo cultural ainda pode apropriar-se de manifestações de grupos culturais como o Grupo de Congado Nossa Senhora do Rosário e São Cristóvão; Grupo das Pastorinhas de São Cristóvão; Escola de Samba Acadêmicos de São Cristóvão; Bloco do Mato; artesanato como a Renda Marafunda; bordado, tricô, crochê e pinturas para o desenvolvimento da atividade.

2.4 Principais ameaças a conservação da área

Conhecer a forma que a população utiliza e vê uma determinada área e atividade é essencial, no que tange o planejamento turístico, para o estabelecimento de medidas mitigadoras. Os principais usos dados à área são: abastecimento hídrico, produção de mudas para recomposição ecossistêmica de áreas degradadas, área de lazer e estudos. Entretanto, há ainda atividades que oferecem risco a conservação da área como o uso do espaço onde localizava-se as plantações de chá para pastoreio do gado, utilização das terras governamentais para expansão fundiária irregular, utilização das minas como área para escoamento de esgoto, queima irregular de lixo que provoca incêndios frequentes na área, a pouca fiscalização acarreta ainda no uso de minas e ruínas para servir de esconderijo para meliantes e traficantes. Há ainda casos de depredação de bens públicos e ruínas arqueológicas.

2.5 Análise SWOT e hierarquização de atrativos

A compilação dos dados obtidos na pesquisa possibilitaram a elaboração de um diagnóstico sucinto, com objetivo de nortear o desenvolvimento da atividade turística no Jardim Botânico. Para realização do diagnóstico foi utilizada a ferramenta intitulada análise "SWOT".

A análise SWOT, também conhecida por "FOFA", trata-se de uma ferramenta de planejamento baseada na sigla oriunda do inglês que representa as Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*). A utilização desta ferramenta mostra-se apropriada no processo de planejamento, gestão e monitoramento do turismo, tendo sua autoria creditada a dois professores da Harvard Business School: Kenneth Andrews e Roland Christense (SOUZA DANTAS; SOUZA MELO 2008, p. 120). Logo, para o desenvolvimento da atividade turística do Jardim Botânico obteve-se a seguinte análise SWOT, ou FOFA, conforme observado no quadro

Com o objetivo auxiliar na avaliação da importância dos atrativos identificados para inclusão em roteiro turístico, obteve-se uma lista de prioridades para determinar a escolha e as decisões dos futuros gestores da área. Para tanto, foi adaptado a metodologia para hierarquização de atrativos

turísticos utilizada pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e pelo Centro Interamericano de Capacitação Turística - CICATUR (BRASIL, 2004, p. 12), que consiste na atribuição de nota de 0 a 3 para avaliar o potencial turístico (sendo 0 a nota mínima e 3 a nota máxima para atrativos de excepcional de grande potencial turístico); escala de 0 a 3 para o grau de interesse, de uso atual, de representatividade, estado de conservação, infraestrutura e acesso (sendo 0 nota mínima e 3 máxima); multiplicando por dois as notas obtidas nos quesitos potencial de atratividade e representatividade; onde a soma do valor total resulta em uma escala gradativa de potencial turístico. Logo, obteve-se a seguinte lista de hierarquização (Quadro 2).

Quadro 1. Análise FOFA Jardim Botânico

Força	Fraqueza
Ruínas arqueológicas; Presença de cursos técnicos e superiores na cidade; Divulgação internacional da Cidade de Ouro Preto; Existência de postos de saúde nas proximidades; Receptivo turístico nas proximidades.	Ausência de infra estrutura básica e turística no atrativo; Invasões fundiárias; Transporte urbano interno inexistente; Postos de hospedagem insuficiente; Receptivo turístico falho; Carência de mão de obra qualificada; Problemas de gestão; Depredação de atrativos; Quadro de degradação ambiental e abandono.
Oportunidade	Ameaça
Desenvolvimento de atividades de visitação tais como Turismo cultural, Ecoturismo. Inclusão do atrativo na gama de oferta de produtos turísticos municipais. Aumento de postos de trabalho para empregabilidade da mão de obra local; Desenvolvimento e instalação de novos postos de hospedagem; Divulgação nacional e internacional dos atrativos.	Ausência de tratamento de esgoto; Abastecimento hídrico insuficiente; Iluminação pública insuficiente; Coleta de lixo precária; Urbanização desenfreada; Sistema de transporte falho; Falta de articulação entre órgãos gestores; Ausência de políticas públicas de incentivo à descentralização do turismo.

Fonte: Dados da pesquisa.

A visitação real espontânea atual aponta para um perfil de visitante das características naturais do Jardim Botânico já que, basicamente, os principais atrativos visitados atualmente são cachoeiras e mirantes. Entretanto, aplicando a metodologia de hierarquização de atrativos notou-se que os atrativos culturais arqueológicos apresentam maior representatividade para o desenvolvimento da atividade turística em especial pelo seu potencial de atratividade e de representatividade. Logo, conclui-se que é possível desenvolver o turismo cultural nas áreas que apresentam ruínas arqueológicas, alertando para o fato de que é preciso tomar as devidas providencias para o ordenamento da visitação para não acarretar em dano aos atrativos.

Quadro 2: Hierarquização de atrativos do Jardim Botânico

Item	Potencial de atratividade (2x)	Grau de uso atual	Representatividade. (2x)	Apoio local e comunitário	Estado de conservação da paisagem	Infraestrutura	Acesso	Total
Atrativos Naturais (Cachoeiras, cursos d'água, mirantes).	2	1	2	2	1	1	1	10
Atrativos Culturais (Escola agrícola, diques, minas mundéus, aquedutos).	4	0	4	2	1	1	2	14
Eventos Programados	0	1	2	3	1	1	2	10

Fonte: Dados da pesquisa.

Os atrativos naturais, embora atualmente sejam os únicos explorados para visitação na área, são modestos frente aos excepcionais elementos históricos capazes de atrair o interesse de visitantes nacionais e internacionais, não apenas locais e domésticos como por hora observa-se. Contudo, estes ainda são fracos comparados aos padrões do centro histórico devido aos problemas de conservação e a necessidade de recuperação e ordenamento da infraestrutura da área.

A administração do turismo na cidade está sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio (SETIC), entretanto, a ausência de pesquisas no setor turístico bem como a carência de recursos para aplicação no desenvolvimento urbano e a recuperação de bens patrimoniais para servirem de atrativo, inviabiliza o direcionamento de visitantes para áreas periféricas da cidade.

As estruturas de acomodações, restaurantes, canalização e tratamento de esgoto e coleta de lixo não atendem adequadamente a população residente, e não resistiria a pressão decorrente de um aumento no fluxo de visitação. Os problemas viários e de estacionamento impedem ainda que os visitantes dispersem-se do centro.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento para estruturação de produtos destinados a oferta turística deve considerar fatores econômicos, sociais, culturais e especialmente ambientais para que obtenha êxito no quesito sustentabilidade. Por meio do roteiro foi possível identificar ameaças e fraquezas do destino e da comunidade circunvizinha como saneamento inadequado ou insuficiente, moradias em área de risco, acessibilidade comprometida e potencialidades como atrativos históricos relevantes para visitação, belezas cênicas naturais, divulgação internacional do destino, desenvolvimento do setor de comércio e serviços, disponibilidade de mão de obra qualificada a serviços de atendimento médico nas proximidades.

O roteiro apresentado mostrou-se uma ferramenta eficiente para o reconhecimento de potencialidades e fraquezas da UC analisada, dentro do contexto sociocultural onde a mesma encontra-se inserida, para a implementação da atividade turística uma vez que é necessário ter noção da dimensão dos impactos, positivos e negativos, para elaboração do planejamento frente à realidade observada com vistas à elaboração de programas de gestão adequados a esta, tal qual maus exemplos de uso e ocupação do solo pelo turismo no litoral paulista (YÁZIGI, 2001).

REFERÊNCIAS

Brasil (2000). “Lei nº. 9985/00” que Institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza. Brasília, Senado.

Brasil (2004). Ministério do Turismo (MTUR). “Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil”. Ministério do Turismo: Produtos Turísticos, Brasília.

Cavalcanti, R. (2006). “Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti: estratégias para gestão do turismo”, Dissertação de Mestrado, Recife, Universidade Federal de Pernambuco.

Dean, W. (1991). “A botânica e a política imperial: a introdução e domesticação de plantas no Brasil”. *Estudos históricos*, v.4, 8, p. 216-228.

Gastal, S. (2005). “Turismo, imagem e imaginários”. São Paulo, Aleph.

Getz, D. (1987). “Tourism planning and research: traditions, models and futures”. *The Australian Travel Research Workshop*, Bunbury, Western Australia.

Giddens, E. (1990). “The consequences of modernity”, Cambridge, Polity Press.

Hammit, W.E.; Cole, D.N. (1998). *Wildland recreation. Ecology and management*. 2. ed. New York, John Wiley & Sons,

Haesbaert, R. (2004). “O Mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). “Ouro Preto”. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=314610>. Consultado em 06/04/2016 às 10:15.

Lindberg, K.; Hawkins, E. (1999) “Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão”.

São Paulo, Editora SENAC São Paulo.

McCool, S.F. (1996). “Limits of acceptable change: a framework for managing national protected areas: experiences from the United States”. Workshop on Impact Management in Marine Parks, Maritime Institute of Malaysia, August 13-14, Kuala Lumpur, Malaysia.

Minas Gerais (1907). Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. 01/set/1906-31/dez/1907.

OMT. Organização Mundial do Turismo. (2001) “Introdução ao Turismo”. Madrid.

OMT. Organização Mundial do Turismo. (2003). “Turismo internacional: uma perspectiva global”. 2. ed. Porto Alegre, Bookman.

Ouro Preto (2011). “Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE. Termo de Referência para Contratação de Empresa Especializada para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Ouro Preto”. Versão Preliminar.

Priskin, J. (2003). “Tourist perceptions of degradation caused by coastal nature-based recreation”. *Environmental Management*, v.32, n.2, p.189-204.

Segawa, H. (1996). “Ao amor ao público: Jardins do Brasil”. São Paulo, Studio Nobel/FAPESP.

Souza Dantas, N. G.; Souza Melo, R. (2008). “O método de análise SWOT como ferramenta para promover o diagnóstico turístico de um local: o caso do município de Itabaiana / PB”. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 8, n. 1: p 118-130.

Takahashi, L. Y. (2004). "Uso público em Unidades de Conservação". Curitiba, Fundação O Boticário de Proteção da Natureza.

Versieux, D. P. (2010). "Modernização e escolarização do trabalho agrícola: as fazendas-modelo em Minas Gerais (1906-1915)", (Dissertação de Mestrado, Educação Tecnológica). Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Yazigi, E. A. (2001). "A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano". São Paulo, Contexto.

Zanirato, S. H.; Tomazzoni, E. L. (2014). "A sustentabilidade do turismo em Fernando de Noronha (PE-Brasil)". *TURyDES, Revista Turismo y Desarrollo local*, v. 7, n. 17, p. 1-24.